

1. Informações do Instituto

1.1. Contexto Operacional

O Instituto Metodista de Educação Bennett - IMB, fundado em 28 de fevereiro de 1921, é uma associação civil, confessional, com objetivos educacionais, culturais, de assistência social e filantrópica, sem fins lucrativos e filiado à Rede Metodista de Educação, que tem por finalidade:

- I) Atuar como agência educacional da Igreja Metodista, cuja missão é a de participar da ação de Deus em seu propósito de libertar o ser humano e a sociedade de tudo o que os escraviza;
- II) Ministrar o ensino em todas as suas modalidades e níveis;
- III) Formar profissionais, técnicos e cientistas, em todos os campos do conhecimento, capazes de contribuir para o desenvolvimento do país e da humanidade;
- IV) Elaborar programas de pesquisa, estudos e documentação que forneçam subsídios para a solução de problemas regionais e nacionais;
- V) Desenvolver atividades de extensão, incluindo ações de assistência social;
- VI) Ministrar programas de desenvolvimento de pessoas e capacitação profissional;
- VII) Contribuir para a formação de uma cultura fundamentada nos princípios ético-cristãos;
- VIII) Promover-se como centro de elaboração e comunicação de cultura, de modo que responda às condições e necessidades econômicas, sociais, políticas e religiosas;
- IX) Planejar, organizar, coordenar, produzir e apoiar programas, projetos, atividades e eventos culturais;
- X) Servir às comunidades local, regional, estadual e nacional, de acordo com os objetivos e propósitos estabelecidos pela Igreja Metodista e demais órgãos decisórios do próprio Bennett, de conformidade com a legislação vigente;
- XI) Servir de organismo de consulta, assessoria e prestação de serviços a instituições de interesse público ou privado, em assuntos relativos aos diversos ramos do saber e à promoção do ser humano;
- XII) Manter intercâmbio e cooperação com outras instituições científicas e culturais nacionais ou internacionais, tendo em vista o incremento das ciências, das letras e das artes;
- XIII) Difundir a cultura física e desportiva; e
- XIV) Realizar programas, projetos e atividades correlatas.

O Instituto é mantenedor do Colégio Bennett, que oferece cursos em todos os níveis da educação básica: educação infantil, ensino fundamental e ensino médio.

1.2. Impostos, contribuições e programas de bolsas.

(i) Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL

O Instituto, em virtude de ser uma instituição sem fins lucrativos, goza do benefício de imunidade do pagamento dos tributos federais incidentes sobre o resultado, de acordo com os artigos 167 a 174 do Regulamento de Imposto de Renda - RIR, aprovado pelo Decreto nº 3.000 de 26 de março de 1999, e o artigo 150 da Constituição Federal.

(ii) Programa de Integração Social - PIS

O Instituto, mesmo sendo uma instituição sem fins lucrativos e filantrópica, fica sujeito a questionamentos quanto ao pagamento da contribuição para o PIS calculada sobre a folha de salários, à alíquota de 1%, de acordo com a Lei nº 9.532/97; porém, por meio de Ação Judicial busca o reconhecimento da imunidade garantida pela Constituição Federal. Tal pedido, inclusive, é respaldado por decisão do Supremo Tribunal Federal, em sede de repercussão geral, no Recurso Extraordinário RE 636.941 Rio Grande do Sul, que transitou em julgado perante o STF na data de 22/04/2014. Assim, até mesmo o prazo da União Federal tentar reabrir a questão via ação rescisória, está superado e precluso.

(iii) Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS

O Instituto, em virtude de ser uma instituição sem fins lucrativos, goza do benefício de isenção do pagamento da COFINS incidente sobre as receitas relativas às atividades próprias da Instituição, de acordo com as Leis nº 9.718/98 e nº 10.833/03.

(iv) Contribuição patronal ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS

Devido ao Instituto possuir o Certificado de Entidade Beneficentes de Assistência Social - CEBAS e ter reconhecido sua filantropia, a instituição é isenta de recolhimento da cota patronal do INSS. Em contrapartida, é requerido que o Instituto conceda bolsas de estudo na proporção de 1 (uma) bolsa de estudo integral para cada 5 (cinco) alunos pagantes, podendo para o cumprimento desta proporção, conceder bolsas parciais de 50%, considerando o mínimo de 1 (um) aluno bolsista integral para cada 9 (nove) alunos pagantes, de acordo com a renda do grupo familiar, definida no artigo 14. A aplicação dos recursos encontra-se detalhada na nota explicativa nº 17;

(v) Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN

A Instituição goza de Imunidade Tributária conforme o disposto na letra "c", do inciso VI, do artigo 150, da Constituição Federal.

1.3. Situação patrimonial e financeira

Conforme apresentado nas demonstrações contábeis, em 31 de dezembro de 2018, a instituição apresenta capital circulante líquido negativo de R\$ 17.463.496 (R\$ 14.533.769 negativo em 31 de dezembro de 2017) e patrimônio líquido negativo de R\$ 200.056.463 em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 173.890.576 negativo em 31 de dezembro de 2017).

A Administração continua adotando uma série de medidas para equacionar a atual situação patrimonial e financeira e permitir a liquidação e/ou renegociação de suas obrigações de curto prazo e para isso mantém as estratégias já implementadas em anos anteriores, com base em seu planejamento estratégico:

- Expandir a receita pela captação de novos alunos;
- Melhorar a retenção dos alunos nos principais cursos;
- Corrigir as mensalidades a fim de estarem alinhadas aos índices de atualização dos principais custos da instituição;
- Reduzir as despesas e os custos com pessoal;
- Analisar a margem de contribuição de cada curso, avaliando semestralmente quais cursos devem ser mantidos, reduzidos ou encerrados;
- Manter o parcelamento dos tributos federais, que permite a adimplência fiscal por meio do pagamento de uma parcela mensal compatível com a realidade financeira da instituição;
- Reduzir os encargos financeiros por meio da captação de novos empréstimos e renegociação dos empréstimos existentes;
- Melhorar o processo de cobrança e acompanhamento das contas a receber, reduzindo o nível de inadimplência;
- Usar a evolução contínua dos processos administrativos financeiros, buscando agilizar as rotinas internas e melhorar o nível de controle do Instituto;
- Renovar e atualizar seus recursos tecnológicos;
- Adotar práticas de acompanhamento tempestivo do planejamento orçamentário.

O conjunto dessas ações faz parte do planejamento de equilíbrio econômico e financeiro da Instituição, que visa a eliminação das dívidas trabalhistas e redução de passivos tributários, bem como a redução no volume de endividamento bancário.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em Reais)

Devido à crise política e econômica que o país vem enfrentando nos últimos anos e que afeta diretamente as instituições de ensino, a recuperação institucional será um processo mais lento, pois também dependerá da melhora do cenário nacional.

Além das ações elencadas acima, a Administração tem planos para alienação de bens imóveis para injetar os recursos na operação, com o objetivo de reverter o desempenho dos índices de liquidez.

A Administração do Instituto acredita que mantendo todas essas medidas e implantando outras que se fizerem necessárias, os resultados esperados serão alcançados e teremos a equalização do fluxo financeiro.

2. Apresentação das demonstrações contábeis e principais práticas contábeis

2.1. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis do Instituto foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas de entidades sem fins lucrativos (Resolução nº 1.409/12 do Conselho Federal de Contabilidade - CFC - ITG 2002 R1) e também pela NBC TG 1000 - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, para os aspectos não abordados pela ITG 2002 (R1) - Entidades sem fins lucrativos).

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

2.2. Principais práticas contábeis adotadas

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão descritas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma.

2.2.1. Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis do Instituto são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual ela atua (moeda funcional). As demonstrações contábeis estão apresentadas em reais - R\$, que é a moeda funcional e, também, a moeda de apresentação.

2.2.2. Apresentação dos resultados abrangentes

As demonstrações dos resultados abrangentes referem-se à mutação que ocorre no patrimônio líquido durante um período resultante de transações e outros eventos que não sejam as transações de capital.

2.2.3. Reconhecimento de receitas

As receitas, custos e despesas decorrentes das atividades de ensino são reconhecidas contabilmente, observando o regime de competência.

As receitas de mensalidades são reconhecidas mensalmente em função da ocorrência de seu fato gerador, independentemente de terem sido recebidas e são apresentadas com a respectiva estimativa de perda para os créditos julgados de difícil realização.

Os montantes das bolsas de estudo e das gratuidades concedidas estão apresentados como receitas das atividades, sendo apresentados os mesmos montantes como dedução das receitas na rubrica bolsas de estudo.

A receita é apresentada líquida, das devoluções, das bolsas de estudo e dos descontos concedidos nota explicativa nº 18.

(i) Prestação de serviços educacionais

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos futuros serão gerados para a instituição e quando possa ser mensurada de forma confiável. As receitas com mensalidades dos alunos são apuradas em conformidade com o regime de competência dos exercícios, levando-se em consideração os períodos de referência. As receitas referem-se às mensalidades de ensino de Educação Básica.

(ii) Bolsas de estudos concedidas (gratuidade)

As bolsas concedidas foram calculadas atendendo às determinações da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, alterada pela Lei nº 12.868, de 15 de outubro de 2013, que em seu artigo 13, determina que o instituto de educação para obter o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social deverá conceder bolsas de estudo na proporção de 1 (uma) bolsa de estudo integral para cada 5 (cinco) alunos pagantes, podendo para o cumprimento desta proporção, conceder bolsas parciais de 50%, considerando o mínimo de 1 (um) aluno bolsista integral para cada 9 (nove) alunos pagantes, de acordo com a renda do grupo familiar, definida no artigo 14 da Lei 12.101.

(iii) Receitas antecipadas - matrículas

As matrículas para o ano letivo subsequente são recebidas de maneira antecipada ou no encerramento do exercício. Em decorrência dessa prática peculiar ao mercado de ensino, esses valores são reconhecidos como anuidades antecipadas no passivo circulante e serão reconhecidos no resultado do exercício de acordo com o regime de competência, nos meses em que ocorrer a prestação dos serviços.

2.2.4. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa e depósitos bancários.

2.2.5. Mensalidades a receber

As mensalidades a receber são decorrentes da prestação de serviços de atividades de ensino e são compostas pelas mensalidades dos alunos, pelos créditos educacionais e pelos acordos celebrados das mensalidades vencidas.

A perda estimada para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente para cobrir as perdas com créditos decorrentes de mensalidades e cheques a receber, considerados de difícil realização.

Os demais ativos são apresentados ao valor de custo de aquisição ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e variações monetárias auferidas.

2.2.6. Imobilizado

Os itens do imobilizado são demonstrados ao custo histórico de aquisição menos os valores da depreciação e de qualquer perda não recuperável acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela administração.

Os terrenos não são depreciados. As depreciações de outros ativos são calculadas com base no método linear para alocação de custos, menos o valor residual durante a vida útil, que é estimada conforme aplicação dos percentuais definidos na Nota Explicativa nº 9.

Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço.

2.2.7. Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável.

2.2.8. Passivo circulante e não circulante

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas.

2.2.9. Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Instituição e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Instituição possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

2.2.10. Provisão para férias e 13º salário

A provisão para férias e 13º salário é constituída com base nos direitos adquiridos pelos empregados acrescidos dos correspondentes encargos sociais.

2.2.11. Estimativas contábeis

As demonstrações contábeis incluem estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas com operações de crédito, estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros, provisões para passivos contingentes, estimativas da vida útil de determinados ativos e outras similares. Os resultados efetivos podem ser diferentes dessas estimativas e premissas.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em Reais)**2.2.12. Redução ao valor recuperável de ativos**

O imobilizado e outros ativos não circulantes e os ativos intangíveis, são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior valor entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente.

3. Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	2018	2017
Banco - Conta corrente	8.223	11.445
Caixa	12.795	13.003
Total	21.017	24.448

4. Mensalidades a receber

Descrição	2018	2017
Mensalidades a receber	914.334	1.485.368
Confissão de dívida em faturas	113.999	113.999
Cheques em cobrança	151.764	151.764
Créditos a receber - Cartão de crédito	-	238.011
Cheques á compensar	11.722	11.722
Cheques devolvidos à Tesouraria	153.567	153.567
Confissão de dívida em cheques	88.822	88.822
Perdas estimadas crédito liquidação duvidosa	(930.739)	(905.076)
Total	503.468	1.338.176

O Instituto adotou como política manter contabilizado o saldo de mensalidades escolares dos últimos quatro anos, deduzindo de estimativa para perdas calculadas em relação aos seus vencimentos. Decorridos três anos, os valores são baixados da contabilidade, porém o processo de cobrança continua.

INSTITUTO METODISTA DE EDUCAÇÃO BENNETT

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em Reais)

Perda estimada para créditos de liquidação duvidosa (PECLD)

Descrição	2018	2017
Mensalidades a receber	(555.374)	(529.711)
Cheques em cobrança judicial	(305.330)	(305.330)
Confissão de dívidas	(70.034)	(70.034)
Total	(930.739)	(905.076)

A estimativa de perda de mensalidades foi constituída a partir da incerteza da realização desse ativo, para a qual foi adotado o seguinte critério de atraso:

- Acima de 361 dias, estimativa de 100%;
- De 271 a 360 dias, estimativa de 75%;
- De 181 a 270 dias, estimativa de 50%;
- De 90 a 180 dias, estimativa de 25%;
- Abaixo de 89 dias não constitui perda.

Já para os cheques em cobrança judicial a estimativa de perda é de 100% sobre o montante dos cheques devolvidos e 35% sobre negociação de dívidas.

5. Contas a receber

Descrição	2018	2017
Adiantamento a Fornecedores	52.648	56.658
Adiantamento para viagem	2.500	3.000
Adiantamento a funcionários	-	35.631
Total	55.148	95.289

6. Tributos a recuperar

Descrição	2018	2017
Tributos a recuperar	99.000	590.693
Total	99.000	590.693

Em 31 de dezembro de 2018 o instituto baixou por prescrição o saldo de R\$ 491.692,62 de tributos a recuperar referente a pagamentos do período de 2010 a 2013 de parcelamento não consolidado.

7. Compromissos a receber

Descrição	2018	2017
Compromissos a receber	3.221.140	473.509
Total	3.221.140	473.509

INSTITUTO METODISTA DE EDUCAÇÃO BENNETT

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em Reais)

Os saldos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 a receber, são relativos às operações de mútuo realizadas com Instituições Metodistas de Ensino, efetuadas em condições usuais de mercado para os respectivos tipos de operação e condições específicas (remuneração mensal) considerando os volumes das operações e prazos de recebimentos.

No ano de 2018 houve um maior volume de operações de mútuo, decorrentes da necessidade de caixa. As operações foram efetivadas por instituições congêneres, observando-se as exigências legais aplicáveis.

8. Depósitos judiciais

Descrição	2018	2017
Depósitos Recursais e Bloqueios Judiciais	1.719.130	2.175.857
Total	1.719.130	2.175.857

Referem-se a depósitos para recursos e bloqueios judiciais em contas correntes bancárias em virtude de processos trabalhistas.

9. Imobilizado

9.1. Composição dos saldos

Descrição	Taxa anual de Depreciação	2018			2017
		Custos	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Terrenos		3.332.801	-	3.332.801	3.332.801
Edifícios e construções	4%	1.225.000	(366.833)	858.167	896.167
Instalações	10%	646.609	(644.505)	2.104	5.583
Benfeitorias em imóveis	4%	9.141.405	(6.116.370)	3.025.035	3.301.718
Móveis e utensílios	10%	1.038.959	(996.809)	42.150	51.084
Equipamentos de	10%	22.273	(22.273)	-	-
Equipamentos de ensino	15%	760.203	(760.203)	-	-
Equipamentos de	20%	1.458.325	(1.406.446)	51.879	95.911
Bibliotecas	10%	510.463	(510.463)	-	-
Máquinas e equipamentos	10%	724.977	(707.592)	17.385	22.366
Total		18.861.016	(11.531.494)	7.329.521	7.705.629

INSTITUTO METODISTA DE EDUCAÇÃO BENNETT

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em Reais)

9.2. Movimentação do custo

Descrição	2017	2018			
	Custo	Adições	Baixas	Transf.	Custo
Terrenos	3.332.801	-	-	-	3.332.801
Edifícios e construções	1.225.000	-	-	-	1.225.000
Instalações	646.609	-	-	-	646.609
Benfeitorias em imóveis de 3º	9.141.405	-	-	-	9.141.405
Móveis e utensílios	1.038.959	-	-	-	1.038.959
Eqptos de comunicação	22.273	-	-	-	22.273
Eqptos de ensino	760.203	-	-	-	760.203
Eqptos de informática	1.458.325	-	-	-	1.458.325
Biblioteca	510.463	-	-	-	510.463
Máquinas e equipamentos	724.977	-	-	-	724.977
Total	18.861.016	-	-	-	18.861.016

10. Intangível

10.1. Composição dos saldos

Descrição	2018			2017
	Taxa anual de amortização	Custo	Amortização	Líquido
Direitos de uso de software	20%	348.746	(315.084)	33.662

Descrição	2017	2018			
	Custo	Adições	Baixas	Transf.	Custo
Direito de uso de software	348.746	-	-	-	348.746

11. Obrigações trabalhistas

Descrição	2018	2017
FGTS a recolher	3.016.142	3.895.704
Acordo trabalhista	2.260.276	2.052.657
Rescisões e homologações	997.726	156.976
Salários e Ordenados	218.602	312.541
Provisão de férias	245.811	409.785
INSS a recolher	164.665	359.837
Contribuição Sindical a recolher	22.583	19.088
Provisão de FGTS férias	19.665	32.782
Mensalidades Sindical a recolher	13.038	9.118
Contribuição Assistencial	4.016	129
Serviços avulsos s/ vínculo	1.537	114
Estagiários	1.000	-
Pensão alimentícia	484	818
Provisão de 13º salário	-	205.499
Total	6.965.546	7.455.048

INSTITUTO METODISTA DE EDUCAÇÃO BENNETT

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em Reais)

Devido ao processo de reestruturação administrativa e acadêmica do Instituto, houve um aumento dos valores a pagar, que correspondem aos acordos trabalhistas, verbas rescisórias e FGTS a recolher, que serão quitados mediante novos acordos e parcelamentos.

12. Receita Antecipadas

Descrição	2018	2017
Mensalidades/matrículas recebidas antecipadamente	316.658	89.868
Receitas antecipadas (a)	3.428.000	-
Total	3.744.658	89.868

- (a) Em 2018 a instituição recebeu a antecipação do aluguel de janeiro a novembro de 2019 do Instituto Campinense de Ensino Superior Ltda., no valor de R\$ 3.300.000 e também firmou contrato de fornecimento de soluções educacionais e outras avenças com o grupo SOMOS, recebendo antecipadamente R\$ 128.000.

13. Parcelamentos

Descrição	2018		2017	
	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo
Parcelamento FGTS (a)	405.127	2.018.442	100.749	1.939.906
Parcelamento INSS	-	-	331.112	-
Parcelamento PERT Lei nº 13.496/17 (b)	1.805.245	16.868.451	1.532.142	16.981.236
Total	2.210.371	18.886.894	1.964.002	18.921.142

- (b) Corresponde ao parcelamento de FGTS, Plano 2011005061 em 180 parcelas e Contribuição Social em 40 parcelas, realizados em 15 de setembro de 2011; e Plano 2018010446 em 60 parcelas período 02/2006 a 05/2007 realizado em 05 de novembro de 2018.
- (c) Em novembro de 2017, a Instituição aderiu ao Programa Especial de Regularização Tributária (PERT), instituído pela Lei nº 13.496/2017, de 24 de outubro de 2017, abrangendo débitos de natureza tributária e não tributária, vencidos até 30 de abril de 2017, inclusive aquele objeto de parcelamentos anteriores rescindidos ou ativos, em discussão administrativa ou judicial. A referida Lei foi regulamentada perante à Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) por meio da Instrução Normativa RFB nº 1.711, de 16 de junho de 2017, publicada no DOU de 21 de junho de 2017, seção 1, pág. 20 e junto à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN) a regulamentação se deu por meio da Portaria nº 690/2017 de 29 de junho de 2017, publicada no DOU de 30/06/2017, seção 1, pág. 43 a Instituição optou pela modalidade prevista no inciso II do art. 2o. da referida Lei.

INSTITUTO METODISTA DE EDUCAÇÃO BENNETT

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em Reais)

14. Provisões para demandas judiciais

Na data das demonstrações contábeis, o Instituto apresentava os seguintes passivos, e correspondentes depósitos judiciais, relacionados a contingências:

Descrição	2018			2017		
	Provisão	Depósito Judicial	Líquido	Provisão	Depósito Judicial	Líquido
Trabalhista	3.899.667		3.899.667	5.541.449		5.541.449
Total CP	3.899.667	-	3.899.667	5.541.449	-	5.541.449
Trabalhista	713.831	1.719.130	(1.005.299)	1.015.870	2.175.857	(1.159.988)
Tributário	10.608.210		10.608.210	5.290.706		5.290.706
Cível	209.400		209.400	209.400		209.400
Total LP	11.531.441	1.719.130	9.812.311	6.515.975	2.175.857	4.340.118
Total	15.431.108	1.719.130	13.711.978	12.057.425	2.175.857	9.881.567

A movimentação da provisão no exercício de 2018 está demonstrada a seguir:

	Valor (R\$)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	12.057.425
Movimentação líquida	3.373.683
Saldo em 31 de dezembro de 2018	15.431.108

14.1. Natureza das contingências

O Instituto é parte envolvido em processos trabalhistas, cíveis, tributários e outros em andamento, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para eventuais perdas decorrentes desses processos foram estimadas e atualizadas pela administração, com base no histórico nesse campo, amparadas pela opinião de seus consultores jurídicos externos.

14.2. Perdas possíveis, não provisionadas no balanço

O Instituto tem ações de natureza trabalhista e cível, no valor de R\$ 58.217 no ano de 2018 e R\$ 81.000 no ano de 2017, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída.

INSTITUTO METODISTA DE EDUCAÇÃO BENNETT

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em Reais)

15. Compromissos a pagar

Descrição	2018	2017
Compromissos a pagar	164.478.086	144.313.360
Total	164.478.086	144.313.360

Os saldos a pagar em 31 de dezembro de 2018 e 2017, são relativos às operações de mútuo realizadas com instituições metodistas de ensino, efetuadas em condições usuais de mercado para os respectivos tipos de operação e condições específicas (remuneração mensal) considerando os volumes das operações e prazos de pagamentos.

No ano de 2018 houve um maior volume de operações de mútuo, decorrentes da necessidade de caixa. As operações foram efetivadas por instituições congêneres, observando-se as exigências legais aplicáveis.

16. Patrimônio líquido

O patrimônio é constituído de bens, direitos, obrigações de qualquer natureza e por déficits e superávits acumulados desde a data de sua constituição, mensurados e registrados na forma da lei e em obediência às práticas contábeis adotadas no Brasil.

17. Gratuidades por meio de bolsas de estudo

As bolsas concedidas foram calculadas atendendo às determinações da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, alterada pela Lei nº 12.868, de 15 de outubro de 2013, que em seu artigo 13, determina que o instituto de educação para obter o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social deverá conceder bolsas de estudo na proporção de 1 (uma) bolsa de estudo integral para cada 5 (cinco) alunos pagantes, podendo para o cumprimento desta proporção, conceder bolsas parciais de 50%, considerando o mínimo de 1 (um) aluno bolsista integral para cada 9 (nove) alunos pagantes, de acordo com a renda do grupo familiar, definida no artigo 14 da Lei 12.101:

INSTITUTO METODISTA DE EDUCAÇÃO BENNETT

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em Reais)

	2018	2017
	Educação Básica	Educação Básica
Quantidade de alunos		
Número de alunos matriculados	359	411
Número de alunos pagantes	249	337
Quantidade de bolsistas gratuidade		
Bolsistas Integrais (100%)	44	53
Bolsistas Parciais (50%)	19	29
Total bolsistas	63	82

	2018	2017
	Educação Básica	Educação Básica
Bolsas Gratuidade		
Bolsas Integrais (100%)	800.217	878.023
Recursos próprios	800.217	878.023
Bolsas Parciais (50%)	159.167	242.110
Recursos próprios	159.167	242.110
Valor total de Gratuidades	959.384	1.120.134
Outras Bolsas (não atendem o perfil da filantropia)		
Educação Básica		
Outras Bolsas Integrais (100%)	285.533	314.157
Outras Bolsas Parciais (50%)	129.629	117.675
	415.162	431.832

18. Receita líquida

Descrição	2018	2017
Receita de Ensino	7.644.076	8.439.879
Receita Administrativa	3.863.131	3.689.138
	11.507.207	12.129.018
Deduções da Receita		
Bolsas gratuidade	(959.384)	(1.120.134)
Outras Bolsas	(415.162)	(431.832)
Descontos Concedidos	(247.778)	(337.526)
Receita Líquida	9.884.884	10.239.526

INSTITUTO METODISTA DE EDUCAÇÃO BENNETT

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em Reais)

19. Custo dos serviços prestados

Descrição	2018	2017
Salários	(3.741.210)	(3.869.211)
Encargos e Benefícios	(233.106)	(348.446)
Serviços de Terceiros e Estagiários	(20.408)	(25.599)
Despesas gerais e administrativas	(13.357)	(52.260)
Total	(4.008.081)	(4.295.516)

20. Despesas com pessoal

Descrição	2018	2017
Salários	(1.065.854)	(1.209.081)
Encargos e Benefícios	(210.751)	(259.179)
Serviços de Terceiros e Estagiários	(11.224)	(6.736)
Total	(1.287.829)	(1.474.996)

21. Despesas gerais e administrativas

Descrição	2018	2017
Energia Elétrica	(546.871)	(415.600)
Material de Uso e Consumo	(74.389)	(68.494)
Manutenção e Conservação	(40.463)	(43.230)
Água	(35.634)	(168.181)
Propaganda e Publicidade	(27.224)	(28.213)
Impostos e Taxas (a)	(25.550)	(3.383.165)
Outras despesas	(14.267)	(24.588)
Telecomunicações	(8.775)	(14.705)
Transporte em geral	(8.749)	(16.197)
Serviços de Terceiros	(6.800)	(284.892)
Material Didático	(228)	-
	(788.950)	(4.447.264)

(a) No ano de 2017 houve contabilização de valores referente consolidação do parcelamento PRT - IN1687 01/2017 na modalidade PGFN demais débitos.

INSTITUTO METODISTA DE EDUCAÇÃO BENNETT

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em Reais)

22. Outras despesas operacionais

Descrição	2018	2017
Aluguéis (a)	(614.015)	(1.205.183)
Licença e manutenção do uso de softworks	(83.183)	(77.904)
Outras despesas operacionais	(52.306)	(36.413)
Consultorias	(45.485)	(200.355)
Contribuições a Associações	(11.155)	(13.995)
Serviços graficos	(8.328)	(8.971)
Viagens e Estadias	(2.594)	(742)
Lanches e Refeições	(750)	(18.704)
Total	(817.817)	(1.562.267)

(a) No ano de 2018 houve redução nos valores de aluguéis com a AIM - Associação da Igreja Metodista.

23. Despesa financeira

Descrição	2018	2017
Juros Passivos	(21.762.671)	(23.262.313)
Despesas Bancárias	(66.784)	(51.960)
Descontos Concedidos	(37.969)	(12.770)
IRRF s/ operações financeiras	(915)	(1.808)
Total	(21.868.338)	(23.328.852)

24. Receita financeira

Descrição	2018	2017
Juros e multa ativos	270.928	53.683
Descontos obtidos	11	2.586
Total	270.939	56.270

25. Instrumentos financeiros derivativos

O instituto classifica os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e ativos financeiros disponíveis para venda.

O instituto classifica passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros.

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação, são reconhecidos conforme incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo e mudanças no valor justo desses ativos, incluindo ganhos com juros e lucros a pagar, são reconhecidas no resultado do exercício.

Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Esses ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

26. Seguros (não auditado)

O Instituto adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados pela Administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As apólices estão em vigor e os prêmios foram devidamente pagos.

O Instituto possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitar os riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com o nosso porte e operações, sendo a nossa cobertura de seguros consistentes com os outros institutos de dimensão semelhante operando no setor. As premissas de riscos dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da autoria das demonstrações contábeis, conseqüentemente, não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.

27. Declarações de impostos e contribuições

As declarações de Imposto de Renda relativas aos cinco últimos exercícios estão sujeitas a eventual revisão e aceitação final pelas autoridades fiscais. Outros impostos, contribuições e encargos, inclusive trabalhistas e previdenciários, permanecem em aberto para revisão por períodos variáveis de tempo.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em Reais)

28. Eventos Subsequentes

Não ocorreram até a presente data quaisquer outros eventos que pudessem alterar de forma significativa as demonstrações contábeis, bem como as operações do Instituto.

29. Aprovação para emissão das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis do Instituto foram aprovadas para emissão pelo Conselho de administração e diretoria geral em reunião realizada em 29 de novembro de 2019.

Robson Ramos de Aguiar
Diretor Geral

Angela Maria Quartarolo Gallo
Contadora
CRC 1SP 198145/O-3

As demonstrações contábeis foram auditadas pela BDO RCS Auditores Independes SS
- CRC 2SP 013846/O-1, com parecer emitido em 29/11/2019.